



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado Adjunto e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 1592/XIII/4.ª, de 14 de março de 2019
Risco de colapso da escombreira do Cabeço do Pião, Fundão

Em resposta à Pergunta n.º 1592/XIII/4.ª, de 14 de março de 2019, formulada pelas Senhoras Deputadas Patrícia Fonseca e Ilda Araújo Novo e pelos Senhores Deputados Álvaro Castello-Branco, João Gonçalves Pereira e João Rebelo do Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética de transmitir o seguinte:

1. Qual o acompanhamento do Governo sobre os riscos ambientais e de saúde pública devido à escombreira do Cabeço do Pião?
2. Que diligências foram efetuadas pelo Governo para que a empresa cumpra com as suas obrigações, nomeadamente no que respeita à sua responsabilidade na intervenção para assegurar a estabilidade das escombreiras e da barragem de lamas?
3. Qual a intervenção do Ministério do Ambiente face ao risco ambiental existente, para garantir a qualidade da água do Rio Zêzere?
4. Que medidas urgentes estão a ser, ou irão ser tomadas, para salvaguardar e eliminar focos poluidores das águas do Rio Zêzere, a montante da albufeira da Barragem do Cabril, bem como para proteger as populações residentes nas proximidades das escombreiras?

A mina da Panasqueira iniciou a sua atividade a 25 de novembro de 1898 e as condições que existiam na altura estavam sob a forma de alvará.

Com a entrada em vigor da legislação dos recursos geológicos de 1990 deu-se início a um processo de negociação do contrato, que foi assinado em 16 de dezembro de 1992. Posteriormente, houve necessidade de efetuar duas adendas a esse mesmo contrato, uma a 17 de novembro de 2005 e outra a 23 de março de 2012.

A área do Cabeço do Pião é uma zona de deposição de resíduos resultantes da atividade extrativa passada, existente desde 1904 com a construção da lavaria nesta zona, e seus processos de beneficiação, tendo terminado a atividade de deposição dos resíduos sob a forma de lamas e areias finas em 1993 (durante 89 anos foram depositados resíduos mineiros, por várias empresas, provenientes da exploração do antigo Couto Mineiro da Panasqueira).

Com o seu encerramento em 1993, esteve em discussão um pedido de suspensão de lavra, tendo em vista o encerramento definitivo da mina da Panasqueira e uma eventual situação de falência da empresa *Beralit Tin and Wolfram Portugal, S.A.*, atendendo ao período de baixas cotações do volfrâmio, e que acabou por não se verificar, como resultado das diligências efetuadas pelo Ministério da Economia à época.

Conforme informação dos serviços à data, as condições técnicas de segurança e ambientais estabelecidas pelas entidades competentes estavam cumpridas, visto que a empresa colocou piezómetros no coroamento e barragem de lamas, construiu valas na base do talude para captar as escorrências de águas ácidas provenientes da barragem, a estação de tratamento de águas estava a trabalhar de forma eficiente e o stock de pirites, onde está depositada uma enorme quantidade de arsénio, foi selado e devidamente recuperado com tela e hidrosementeira.

Após estes trabalhos, foi efetuada a desafetação da concessão mineira e os terrenos foram doados à Câmara Municipal do Fundão, a seu pedido, para poder desenvolver um projeto de requalificação da área com vista à sua valorização patrimonial e histórica.

Neste contexto, a área do Cabeço do Pião foi desafetada da concessão mineira da Panasqueira por Adenda ao Contrato de Concessão em 17 de novembro de 2005.

O processo de desafetação mineira decorreu mediante a atribuição de contrapartidas de cedência da zona industrial e residencial com o objetivo de criar neste local um polo de desenvolvimento turístico, tendo o Município do Fundão assumido a responsabilidade pela gestão da manutenção ambiental da área do Cabeço do Pião.

Desde 2005, aquando da desafetação da concessão C18 Panasqueira, que esta infraestrutura é da responsabilidade da Câmara Municipal do Fundão, tendo, por isso, responsabilidades na execução de todos os trabalhos de manutenção na área desafetada, no espaço urbano, na escombreira, na barragem de lamas e nas respetivas valas de drenagem da base e do coroamento da barragem e na estação de tratamento de águas provenientes das escorrências.

A Câmara Municipal do Fundão e a empresa *Beralit Tin and Wolfram Portugal, S.A.*, partilham responsabilidades relativamente ao controlo de estabilidade da escombreira e da barragem de lamas, ao abrigo das condições do despacho de 17 de setembro de 2005 do Senhor Secretário de Estado da Indústria e da Inovação, quando foi autorizada a desafetação desta área da concessão C-18 Panasqueira.

Em execução das obrigações assumidas, e no decorrer de 2011, foram definidas duas fases de intervenção pela Câmara Municipal do Fundão e, em dezembro desse ano, a autarquia deu início à primeira intervenção de reabilitação da estrada de acesso ao coroamento e foram realizados desvios de água/valas de

drenagem, de forma a evitar um grande fluxo de água na zona do coroamento e área de deposição das lamas.

Para dar continuidade ao projeto de requalificação, a Câmara Municipal do Fundão candidatou-se em 2015/2016 a um novo programa operacional da Região Centro projeto para a "Fase 2 - projeto de execução", tendo merecido em Parecer negativo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., não sendo possível a sua atribuição em função do princípio do poluidor-pagador. No final do mês de janeiro de 2019, a Câmara Municipal do Fundão foi chamada ao MATE para pedido de esclarecimentos quanto à situação da área do Cabeço do Pião, tendo o Presidente da Câmara do Fundão manifestado a sua dificuldade - financeira e técnica - na execução das obrigações que assumiu.

Deste modo, decidiu o MATE solicitar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) a realização de uma avaliação que identificasse os riscos existentes e as necessidades de intervenção a curto e longo prazo. Esse estudo foi entregue a 9 de maio pelo LNEC, tendo sido remetido à Câmara Municipal do Fundão e estando o seu conteúdo em análise, nomeadamente no que se refere às propostas de atuação de curto prazo.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete



Ana Cisa

LM/EA